

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE GERÊNCIA EM SAÚDE
INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO
ESCOLA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Beatriz Menezes de Matos

ENTRAVES E DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM
DE LÍNGUA INGLESA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA

Rio de janeiro

2019

Beatriz Menezes de Matos

ENTRAVES E DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM
DE LÍNGUA INGLESA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio como requisito
parcial para (aprovação no curso técnico
de nível médio em saúde com
habilitação em Gerência em Saúde).

Orientadora: Luciana Maria da
Silva Figueirêdo

Rio de Janeiro

2019

Beatriz Menezes de Matos

ENTRAVES E DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM
DE LÍNGUA INGLESA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA

(Trabalho de Conclusão de Curso) apresentado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para (aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Gerência em Saúde).

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

(Luciana Maria da Silva Figueirêdo - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio)

(Jonathan Ribeiro Farias de Moura – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio)

(Andrea Conceição Braga Antunes - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio)

*“Que os vossos esforços
desafiem as impossibilidades, lembrai-
vos de que as grandes coisas do homem
foram conquistadas do que parecia
impossível.”
(Charles Chaplin)*

RESUMO

Diante de questionamentos voltados à qualidade do ensino da língua inglesa na rede pública do Rio de Janeiro, a proposta deste trabalho é analisar os fatores que fazem com que esse idioma esteja sendo ensinado e aprendido em um cenário de dificuldades como, por exemplo, o fato dos alunos não darem a mesma prioridade ao referido componente curricular como dão para as outras, talvez por haver distanciamentos que fazem o aluno se questionar sobre a necessidade de aprender a língua inglesa e também aproximações que demonstram a necessidade de praticar a língua para se manter em um cenário culturalmente exposto, ao menos, supostamente pelo plurilinguismo. Com o atual cenário de globalização e transposição das fronteiras internacionais, o indivíduo acaba sendo encorajado a adquirir uma segunda língua, na maioria das vezes, a escolhida é a língua inglesa. É possível compreendermos a importância de um ensino de qualidade e democrático no ensino médio de rede pública, pois como tal ensino acontece, na maior parte da rede pública, em condições precárias, isso acaba se tornando um benefício para os institutos privados que visam lucrar com um ensino mais qualificado. Com isso, a diferença no aprendizado da língua inglesa para os alunos da rede pública se torna perceptível quando nota-se que um estudante de rede privada consegue ter maior proficiência na língua, enquanto o de rede pública não consegue atingir o mesmo desempenho.

Palavras chaves: Língua Inglesa, escola pública, ensino médio.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	7
2- DOCUMENTOS OFICIAIS	
2.1- Diretrizes do ensino da língua inglesa nas escolas.....	10
2.2- Base nacional curricular comum atual.....	13
3- ENTRAVES E DESAFIOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA.....	15
3.1- Educação linguística em língua estrangeira na educação básica.....	17
3.2- Ensino Utópico x Ensino Real.....	19
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
5- REFERÊNCIAS.....	22

1. INTRODUÇÃO

Percebe-se que a qualidade e eficácia do ensino/aprendizagem da língua inglesa (L.I) em escolas públicas, sobretudo na rede municipal e estadual, atualmente está carregado de críticas e questionamentos, como por exemplo: por que, mesmo com a disciplina da língua inglesa na grade escolar, os alunos, nas séries finais, se auto declaram como quem sabe apenas o básico da língua ou até mesmo não sabe nada? Ou será que o que é ensinado nas escolas de rede pública é suficiente para o aluno conseguir fazer as questões da prova de língua inglesa no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM)? Diante desses e tantos outros questionamentos, essa pesquisa visa analisar os fatores que fazem com que esse idioma esteja sendo ensinado e aprendido em um cenário de dificuldades como, por exemplo, o fato dos alunos não darem a mesma prioridade para a matéria como dão para outras (português, matemática, história entre outras), talvez por haver distanciamentos que fazem o aluno se questionar sobre a necessidade de aprender a língua inglesa e também aproximações que demonstram a necessidade de praticar a língua inglesa para se manter em um cenário culturalmente expresso pelo plurilinguismo, ou até mesmo alguns professores da rede pública não contarem com programas de apoio de formação continuada.

Com o atual cenário de globalização e transposição das fronteiras internacionais, o indivíduo acaba sendo influenciado a adquirir uma segunda língua, na maioria das vezes, privilegia-se a língua inglesa. Como estamos vivendo em um período de grandes avanços tecnológicos, a *internet* acaba sendo um novo meio que possibilita tal aquisição. A *internet* possui diversos métodos que contribuem para a aquisição da LI, como por exemplo o acesso imediato a traduções, cursos *online*, *sites* de conversação com pessoas que falam fluentemente a língua, além de dar ao aprendiz a autonomia de como prefere estudar essa nova língua. O problema de aprender a língua pela internet é que nem todo indivíduo possui acesso à internet. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 63 milhões de brasileiros não possuem acesso à *internet*, o que acaba se tornando um número bastante significativo, já que corresponde a aproximadamente 30% da população total do Brasil. Portanto, esses brasileiros que não possuem este direito do aprendizado via internet garantido, acaba tendo como única possibilidade de formação em qualquer língua estrangeira (L.E.), seja ela inglês, espanhol ou francês, o ensino-aprendizagem no contexto da escola pública.

Ensinar Língua Inglesa nas escolas públicas tem se tornado cada vez mais um desafio para os profissionais que atuam nessa área, uma vez que, o ensino dessa disciplina no âmbito educacional público passou e passa por diversas dificuldades relativas à falta de material didático tais como DVD's, aparelho de som ou qualquer tipo de aparelho tecnológico que auxiliam o aluno na aprendizagem da língua; carga horária insuficiente para que o professor consiga ensinar a matéria com êxito; condições infraestruturais precárias de grande parte das escolas públicas; os livros destinados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nem sempre são adequados à realidade dos alunos; lacunas na formação dos docentes e discentes entre outros. Essas questões têm implicações diretas e indiretas na qualidade do ensino-aprendizagem de Língua Inglesa nas escolas públicas no Brasil.

Neste sentido, este projeto pretende compreender esses entraves e desafios no ensino/aprendizagem da língua inglesa nas escolas públicas de ensino médio do Brasil para que seja possível encontrar soluções para a melhoria do ensino, resultando então em uma aprendizagem de língua inglesa de qualidade para que os discentes de escola pública possam ter uma trajetória formativa qualificada em língua inglesa.

Deste modo, essa pesquisa apresenta alguns entraves e desafios que o ensino da língua inglesa no contexto escolar público enfrenta, por meio de uma bibliografia especializada, visando encontrar meios para compreender e, desta forma, esclarecer os questionamentos e avaliações do ensino da língua inglesa na rede pública.

Para isso, será necessário compreender as bases curriculares para o ensino de inglês do ensino médio. Além de entender os principais debates sobre o conteúdo e as formas de ensino da disciplina de inglês no ensino rede pública. E, por fim, destacar a variedade de letramentos que norteiam a educação linguística em L.E.

Mesmo com todo o discurso no tocante à importância do inglês para se ter acesso ao mundo globalizado, o conhecimento de uma língua adicional¹ (inglês, em especial), em pleno século XXI, ainda “é visto como sinônimo de uma realização elegante e um símbolo de status social (British Council, 1976, p.2 apud MOITA LOPES, 1996, p.128). Por conta disso, a crescente desvalorização da escola pública tem provocado semelhante desvalorização das LEs nesse segmento, abrindo, destarte, um flanco atraente e lucrativo para os institutos de línguas e franquias levarem a cabo a

¹ Língua adicional é o idioma escolhido em adição à outras em que o que se ocupa já possui. A fim de ampliar seus conhecimentos e expandir sua interação com outros grupos sociais.

tarefa de perpetuar tal discrepância, elitizando cada vez mais o ensino de línguas, certamente à custa da exclusão da maioria da população brasileira. (SIQUEIRA, 2012).

De acordo com a citação anterior, é possível compreendermos a importância de um ensino da língua inglesa de qualidade e democrático na rede pública, pois como tal ensino tem sido desvalorizado isso acaba se tornando um benefício para os institutos privados que visam lucrar com um ensino mais qualificado. Com isso, a diferença no aprendizado da língua inglesa para os alunos de rede pública se torna perceptível quando nota-se que grande parte dos estudantes de instituições privadas conseguem obter um alto grau de proficiência, enquanto o de rede pública fica restrito ao nível básico oferecido.

A pesquisa trará a reflexão sobre os desafios encontrados no processo de ensino-aprendizado das escolas de rede pública, além de atentarmos para a hegemonia crescente da língua inglesa no nosso país.

A língua inglesa se tornou obrigatória nas escolas em abril de 2017, com a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415), sendo então obrigatório o ensino do inglês a partir do 6º ano do ensino fundamental II.

O estudo desse tema traz a compreensão sobre como é necessário progredirmos com os conhecimentos dos alunos de ensino público para que possam ter acesso não só ao atual cenário de globalização bem como ao universo acadêmico-científico, uma vez que essa disciplina está presente em boa parte dos concursos públicos (ENEM, vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entre outros)

Para a realização do presente trabalho, foram feitas análises de literaturas especializadas acadêmicas, levantamento de questões sobre o ensino da língua inglesa nas escolas de rede pública no Rio de Janeiro, seleções de obras que abordam perspectivas das dificuldades enfrentadas no processo de ensino/aprendizagem da língua, além de um levantamento bibliográfico das Diretrizes do ensino da língua inglesa e da Base Nacional Comum Curricular. Com isso, será possível compreender os principais entraves encontrados no processo de ensino-aprendizagem da língua inglesa para construir as soluções que possam combater os obstáculos encontrados durante esse processo.

2.1 DIRETRIZES DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NAS ESCOLAS

Uma vez que a estrutura curricular e o cenário de ensino/aprendizagem passam por diversas mudanças, é necessário compreendermos, primeiramente, a questão histórica do ensino das línguas estrangeiras. A priori, em um contexto de dominação do território brasileiro, havia uma necessidade pelos portugueses de expansão do catolicismo (além da dominação do território, de fato). Então, aparecem os jesuítas, a fim de difundir sua religião sobre os habitantes, e finalmente ensinar-vos o latim.

Consequente, em 1779, o Marquês de Pombal, percebendo que o ensino realizado pelos padres jesuítas estava gerando conflitos e controvérsias, institucionalizou um ensino público laico, dando início então às Aulas Régias. As línguas Grego e Latim continuaram a integrar os currículos escolares, línguas vulgo eram consideradas de extrema relevância para o desenvolvimento da Literatura naquele cenário.

Ademais, em 1809, D. João VI assinou um decreto que visava melhorar a estrutura curricular, adicionando então as línguas estrangeiras Francês e Inglês. E a partir de então, as línguas estrangeiras passaram a ser mais valorizadas.

A Língua Inglesa passou a ser culturalmente mais valorizada após a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil se tornou mais dependente economicamente dos Estados Unidos. Sendo assim, em 1940, vários militares, professores, artistas, cientistas entre outros estadunidenses vieram para o Brasil, a fim de intensificar o ensino-aprendizagem de língua inglesa.

Já em 1950, o sistema educacional brasileiro focou em direcionar a formação dos alunos para a área de trabalho, gerando então a necessidade de uma ampliação da rede escolar. Com isso, as cargas horárias das matérias de Língua Estrangeira reduziram-se.

Logo após, mudanças no sistema educacional passaram a acontecer, e, a esse respeito, as Diretrizes Curriculares da Educação Básica declaram:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n. 4.024, promulgada em 1961, criou os Conselhos Estaduais de Educação. Cabia-lhes decidir acerca da inclusão ou não da Língua Estrangeira nos currículos. Essa mesma lei determinou a retirada da obrigatoriedade do ensino de Língua Estrangeira no colegial e instituiu o ensino profissionalizante, compulsório, em substituição aos cursos Clássico e Científico.

Ainda que o sistema educacional brasileiro tenha passado por tais mudanças, o ensino da língua inglesa seguiu em ascensão por conta das demandas no mercado de trabalho, as quais estavam bastante intensas naquele período.

Deste modo, a forma de abordagem e os métodos de ensino das línguas estrangeiras passaram a ser questionados por linguistas estruturalistas da época. Portanto, o princípio do behaviorismo tornou-se um exemplo para os métodos de ensino daquela época.

Entende-se como princípio do behaviorismo um método de aprendizagem cuja principal ideia é que, de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, só é possível teorizar e agir sobre o que é cientificamente observável. A partir de tal conceito, surgiram métodos com uma dinamicidade avançada, vulgo o Método Audiovisual e o Áudio-Oral.

O método Áudio-Oral é compreendido a partir da ideia de que um aluno pode adquirir uma segunda língua, falando-a fluentemente, desde que passasse por uma constante repetição de modelos. Ou seja, o aluno é submetido a escutar para então conseguir absorver o que é dito e repetir.

Por outro lado, o método Audiovisual possui uma didática mais avançada em comparação à citada anteriormente, visto que este método conta com o auxílio de equipamentos que contribuem para a facilidade do processo de ensino/aprendizagem. Com a ajuda de gravadores, projetores de slides e filmes, o ensino passou a ser abordado com diálogos contextualizados, diferentemente do método Áudio-Oral.

Já na década de 70, o governo militar nacionalista tornou não obrigatório o ensino de língua estrangeira na grade do primeiro e segundo grau, com a Lei nº 5692/71, alegando que este ensino era um meio de impregnação cultural estrangeira. Conseqüentemente o ensino tornou-se elitista, de modo que o ensino de língua estrangeira era direcionado a aqueles que poderiam custear o ensino privado, desfavorecendo então os alunos de escola pública que não tinham esse privilégio (diz-se tanto por condições financeiras, tanto por acesso ao ensino na rede pública).

Finalmente, em 1976, o ensino de língua estrangeira voltou a ser obrigatório, ainda que somente no segundo grau, retomando a ser valorizado. O ensino da mesma poderia ser dado no primeiro grau também, desde que fosse de responsabilidade da escola que decidisse oferecer, isto é, de acordo com o parecer nº581/76, o ensino seria por acréscimo, o que resultou em muitas escolas reduzindo sua carga horária para apenas uma hora por semana, por um ano, e apenas um idioma.

Diante de tantas evoluções e mudanças, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 tornou obrigatório o ensino de língua estrangeira nas escolas de ensino fundamental, devendo oferecer no mínimo um idioma para o aluno. E para o ensino médio, a lei determina que a instituição ofereça obrigatoriamente uma língua estrangeira, de escolha da própria escola, além de oferecer uma segunda que esteja de acordo com a disponibilidade da instituição.

Ademais, em 1999 o MEC lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira para o Ensino Médio, a fim de atender às necessidades da formação acadêmica, além do âmbito profissional e pessoal, de modo que o ensino-aprendizado abranja as quatro habilidades: produção oral e escrita; compreensão oral e escrita.

Deste modo, as Diretrizes possuem o papel de proporcionar aos estudantes uma padronização curricular, contribuindo para uma sociedade mais justa no que diz respeito à formação em uma língua adicional.

2.2 BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC) ATUAL

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que informa quais conteúdos devem ser trabalhados durante o processo de aprendizagem nas escolas públicas, desde a educação infantil até o ensino médio. O objetivo é garantir uma padronização do ensino por meio dessa regulamentação, de modo que haja igualdade no processo educacional.

O documento foi criado originalmente em 2015, passou por diversas análises e debates para que pudesse ir se aprimorando e gerando uma contribuição melhor para a sociedade. A BNCC teve uma atualização recente, tendo então sua última versão atualizada no ano de 2018.

Assim como outros componentes do ensino, a língua inglesa também passou por atualizações. Agora, a língua passou a ser considerada língua franca².

A BNCC compreende que o estudo da língua inglesa tem que ser trabalhado nos cinco eixos de formação para que haja êxito na aprendizagem, sendo eles a Oralidade, Escrita, Leitura, Conhecimentos Linguísticos e Dimensão Intercultural.

A priori, o eixo Oralidade, de acordo com a BNCC:

...envolve as práticas de linguagem em situações de uso oral da língua inglesa, com foco na compreensão (ou escuta) e na produção oral (ou fala), articuladas pela negociação na construção de significados partilhados pelos interlocutores e/ou participantes envolvidos, com ou sem contato face a face.

Com isso, é possível trabalhar melhor com diálogo, de maneira que fuja de um padrão de ensino focado em decorar e passe para uma didática mais dinâmica com o aluno. É importante que o aprendiz da língua exercite sua escuta e sua fala, até mesmo para criar uma particularidade quanto a forma de falar, exemplificando então uma possível variação linguística.

O eixo Leitura trabalha com literaturas que contribuem para o desenvolvimento do aluno de criar estratégias para identificar os significados das palavras, que acontece quando o mesmo precisa coletar textos verbais e não verbais para compreender o sentido do texto como um todo.

A vivência em leitura a partir de práticas situadas, envolvendo o contato com gêneros escritos e multimodais variados, de importância para a

² Língua franca é o idioma adotado por um grupo social, em que os membros possuem uma língua materna diferente, para manter um meio de contato que todos consigam compreender e se comunicar.

vida escolar, social e cultural dos estudantes, bem como as perspectivas de análise e problematização a partir dessas leituras, corroboram para o desenvolvimento da leitura crítica e para a construção de um percurso criativo e autônomo de aprendizagem da língua.

Já no eixo Escrita, exercita-se a capacidade de produção e criatividade de modo que o aluno consiga desenvolver um pensamento crítico diante do que está sendo solicitado. Neste processo, as práticas se consolidam em reflexos de movimentos coletivos ou individuais. Também é um momento de autonomia do aluno na produção textual, onde o mesmo torna-se protagonista dos resultados obtidos após a execução de uma escrita.

Trata-se, portanto, de uma escrita autoral, que se inicia com textos que utilizam poucos recursos verbais (mensagens, tirinhas, fotolegendas, adivinhas, entre outros) e se desenvolve para textos mais elaborados (autobiografias, esquetes, notícias, relatos de opinião, chat, pôster, entre outros), nos quais recursos linguístico-discursivos variados podem ser trabalhados. Essas vivências contribuem para o desenvolvimento de uma escrita autêntica, criativa e autônoma.

O eixo Conhecimentos Linguísticos é a prática que possibilita a compreensão quanto a variedade linguística do idioma, isto é, refletir sobre a adequação do idioma em cada região, ou qual é considerado o “certo” (não que haja um errado, mas qual é considerado padrão, e por quê?), além de outros questionamentos quanto à semelhança da língua inglesa com as demais.

Por fim, o eixo Dimensão Intercultural vem para trabalhar questões históricas da língua, já que geralmente o ensino está voltado para somente aprender a ler, ouvir, falar e escrever. Portanto, com esta dimensão, é possível abordar os conhecimentos sobre as especificidades da cultura do idioma.

3. ENTRAVES E DESAFIOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA

Ainda que o ensino da língua inglesa esteja passando por diversas mudanças e avanços quanto às bases curriculares e às diretrizes, há um ponto que deveria estar acompanhando essas modificações: o perfil do professor.

O ensino da língua inglesa nas escolas de rede pública ainda enfrenta grandes desafios quanto à formação do professor. De acordo com dados do Censo da Educação Básica de 2017, divulgado em janeiro pelo Ministério da Educação (MEC), aproximadamente 85% dos professores que lecionam a língua inglesa não possuem o domínio da mesma.

Isso ocorre principalmente pela falta de incentivo à formação continuada do professor de língua adicional, bem como pela ausência de uma política de educação linguística em nosso país. Docentes que estão devidamente preparados para lecionar o idioma têm a oportunidade de estarem aptos para os requisitos dos editais para um intercâmbio, que é uma ferramenta essencial para contribuir para a formação do professor.

Uma etapa do processo de ensino da língua inglesa é dada pelo método que é ensinado. O método não é responsável pelo êxito da formação, mas parte dele. Uma questão que deve ser trazida é o objetivo de aprender a língua inglesa. Quando é pensado o porquê da aquisição, costuma-se dizer que serve para quando precisar viajar para o exterior, ou até mesmo para inserir-se em um cenário globalizado. Portanto, é necessário levar em conta as condições socioeconômicas do aluno. Não é porque um aluno aprendeu o idioma que ele conseqüentemente irá viajar para os Estados Unidos, por exemplo.

A partir disso, é considerável que haja uma reformulação do objetivo de aprender a língua inglesa. Afinal, se as condições socioeconômicas de um aluno não permitem o acesso do mesmo à países internacionais falantes da língua inglesa, conseqüentemente o desinteresse por parte dele irá aflorar.

Além disso, é importante ressaltar também o percurso formativo contemplado pelos professores de língua inglesa. Os alunos de rede pública não sentem confiança em conseguir ter um domínio da língua quando aprender o verbo “*to be*”, torna-se, muitas vezes, repetitivo em seus anos letivos.

Essa ideia de uma didática “congelada” é reflexo de uma formação profissional que carece de aperfeiçoamento. Quando o parâmetro de conhecimento de um professor é limitado, conseqüentemente seus alunos passarão pela mesma situação. É a partir disso que a falta de investimento na carreira do professor de língua estrangeira, de um modo geral, entra em evidência no Brasil.

É difícil falar em ensino/aprendizagem sem citar Lev Vygotsky, que desenvolveu um conceito de desenvolvimento intelectual infantil que é usado como referência para muitos docentes nos dias atuais. De acordo com Vygotsky, o processo de aprendizagem dos alunos pode ser dividido em interpessoal e intrapessoal.

No momento interpessoal, o indivíduo se apóia predominantemente no “outro” para produzir o conhecimento. No momento intrapessoal, por sua vez, o indivíduo já reconstruiu internamente esse conhecimento e é capaz de atuar independentemente. A interação social é, portanto, a hora e o local no qual o aprendiz se apropria de, e usa inicialmente apoiando-se nos “outros”, formas de conhecimento e de maneiras de pensar que lhe são demonstradas em ação.

(O Professor de Língua Estrangeira, 2ª Edição – 2008)

Esse modelo de ensino é bastante estratégico, posto que a população brasileira enfrenta desigualdades que se refletem no ensino dos alunos também. Então, é uma didática que compreende a visão do aluno enquanto cidadão de um país que passa por dissimetria quanto às oportunidades.

Já que o cenário educacional acompanha, ou tenta acompanhar, as mudanças do mundo para que o aprendiz o acompanhe também, é necessário que o docente possua uma visão crítica da sociedade, a fim de colaborar com a criação do ponto de vista também crítico do aluno. Com isso, de acordo com Scherbakov (1979, p. 327- 30), há três pontos adicionais que os professores de língua inglesa também precisam ter domínio, sendo eles:

- profundo conhecimento não só da matéria que leciona como também da teoria do conhecimento e das ciências pedagógicas;
- aptidão de descobrir nexos e relações entre os diferentes conceitos;
- aptidão de vincular organicamente os conhecimentos que os alunos adquirem nas diferentes matérias em um sistema único de noções científicas;
- capacidade de valer-se dos diversos meios de comunicação de massa para desenvolver a atividade cognitiva do aluno, sua iniciativa social e sua independência.

Deste modo, será possível obter êxito no processo de ensino-aprendizagem de docentes e discentes, de maneira que seja possível uma melhoria na avaliação do processo de construção de conhecimento de línguas adicionais nas escolas públicas, contribuindo assim para uma melhor avaliação da comunidade escolar quanto ao ensino-aprendizagem de língua estrangeira no referido contexto.

3.1 EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Atualmente, o ensino da língua em geral está relacionado a práticas sociais, compreendendo o âmbito cultural, político e histórico. Como tais âmbitos estão em constante mudança, é necessário que haja uma compreensão de tal linguagem de uma perspectiva tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

A grosso modo, a educação lingüística aqui sugerida refere-se ao desenvolvimento das competências lingüística ou gramatical, textual e discursiva, partindo da premissa que o estudo da língua não deva ser confundido com ensino da gramática e, mais ainda, que o conhecimento desta não favorece um desempenho discursivo melhor. (EDUCAÇÃO..., 2003, p.184)

Diante de tal cenário, vale ressaltar a necessidade da criação de novos letramentos³, adotando a ideia que vivenciamos uma era tecnológica e desenvolvimento dos meios de comunicação que conseqüentemente reflete na atualização da educação lingüística. A priori, de acordo com Roxane Rojo, devemos pensar primeiramente em dois tipos de letramentos mais influentes na educação, que são os institucionalizados e os vernaculares.

Os letramentos institucionalizados, na visão da autora, “estão associados a organizações formais tais como a escola, as igrejas, o local de trabalho, o sistema legal, o comércio, as burocracias” (ROJO, 2008, p.583). Desta parte compreende-se os cenários formais, onde é deixado de lado a multiplicidade da língua quanto cultura e sociedade.

Já os letramentos vernaculares traz uma particularidade do cotidiano e das culturas locais em que o indivíduo se encontra. Esses letramentos trazem práticas desvalorizadas por práticas consideradas oficiais.

Do mesmo modo em que a educação lingüística enfrenta atualizações quanto aos letramentos no Brasil, ensinar a língua estrangeira de acordo com essas especificações e multiletramentos também passa a ser necessário no ensino básico.

Diante disso, podemos identificar diferentes compreensões de escritas e leituras diferentes quando há uma diversidade cultural trazida pela língua estrangeira. Portanto, é necessário o preparo do docente para saber lidar com essas múltiplas possibilidades de

³ Letramento neste sentido é definido pelo resultado obtido pelo entendimento da língua como prática social, de modo que os aprendizes compreendam a escrita e a leitura para usufruírem de diversos contextos sociais.

língua, quando entende-se que o aprendiz traz experiências individuais que contribuem para o conceito de letramentos.

Entre tais letramentos destacam-se aqueles relacionados às LE, que se constituem como essenciais para considerar uma questão que bate à nossa porta: a diversidade (principalmente, aquela de cunho lingüístico e identitário). Por trazer o outro e sua diferença para mais perto de nossas vidas, o ensino de LE pode colaborar, de modo singular, no contato e diálogo com a diversidade, e, na verdade, na construção de projetos identitários e sociais mais democráticos e menos naturalizados sobre os outros e sobre nós mesmos.

(ROJO, 2004, p. 44)

Com as definições trazidas pelas Bases Curriculares e pelos Parâmetros Nacionais, o objetivo de lecionar a língua inglesa apenas trazendo exercícios gramaticais para serem resolvidos torna-se cada vez mais passado. Deste modo, as metas que os professores procuram alcançar é de trazer conhecimentos necessários para uma convivência social.

Em outras palavras, não se trata de adquirir conhecimento lingüístico para acumulação de listas de regras gramaticais, de itens lexicais, de fonemas etc., mas, ao contrário, de aprender tal conhecimento para o uso, ou seja, para agir no mundo social. Portanto, o objetivo de aprendizagem de LE é o engajamento discursivo ou a construção do significado. Desse modo, o que deve pautar a proposta pedagógica, assim como o trabalho do professor, é o uso da linguagem. É o uso na compreensão e na produção escrita e oral, portanto, que define os objetivos.

(ROJO, 2004, p. 47)

A partir de tais mudanças no âmbito da educação linguística, pesquisas aprofundadas focadas na expansão dos letramentos da língua foram realizadas a fim de compreender suas atualizações frente a tantas consequências da globalização, de modo que fossem adotadas práticas necessárias para contribuir para a formação do aluno enquanto ser social.

3.2 O ENSINO UTÓPICO X O ENSINO REAL

Após a compreensão dos princípios da Base Nacional Curricular Comum e das Diretrizes e Parâmetros Curriculares do ensino no Brasil, é notório que há conceitos esperançosos quanto as metas que desejam alcançar. Como por exemplo, quando é apresentado os eixos organizadores que norteiam o ensino da língua inglesa, sendo eles o Eixo Oralidade, Eixo Escrita, Eixo Leitura, Eixo Conhecimentos Linguísticos e Eixo Dimensão Intercultural. A partir desses conceitos surge uma primeira reflexão: será que esses eixos estão sendo devidamente abordados em todas as escolas de rede pública, ou ao menos sua maioria? A partir de então, surge o conceito do ensino utópico.

Para contextualizar, a palavra utopia significa algo que não está presente no agora, mas pode ser construído no futuro. Essa palavra remete muito ao ensino de língua inglesa que é abordado nas escolas de rede pública, quando ainda há de se aperfeiçoar mas não agora, talvez, em um futuro.

Confirmando isso, é possível perceber até mesmo durante o desenvolvimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a presença de argumentos que remetem a realidade das escolas de rede pública.

O Brasil, tomando-se como exceção o caso do espanhol, principalmente nos contextos das fronteiras nacionais, e o de algumas línguas nos espaços das comunidades de imigrantes (polonês, alemão, italiano etc.) e de grupos nativos, somente uma pequena parcela tem a oportunidade de usar línguas estrangeiras como instrumento de comunicação oral, dentro ou fora do país. (Brasil, 1998:20)

Com isso, atribui-se uma imagem elitista à língua inglesa, excluindo então a possibilidade do uso do idioma em produções culturais, como cinema e televisão, músicas ou qualquer outra fonte de acesso a língua que há possível interação.

É importante ressaltar que o ensino público é dividido em três tipos de instituição: municipal, estadual e federal. É claro que o presente estudo não está abrangendo as três. Existe de fato ensinos de qualidade nas instituições públicas, mas a questão é que aprendemos a aceitar o melhor que nos é dado na medida do possível. Portanto, se pararmos para analisar, é difícil um aluno de rede pública conseguir desenvolver os cinco eixos ou as ditas quatro habilidades. Mas se o mesmo conseguiu aprimorar dois ou três, surge o sentimento de vitória.

De fato, deve-se comemorar um êxito no processo de ensino-aprendizagem, mas é considerável que não haja contentamento, já que passamos por constante processo de

evolução, o melhor a se fazer é exigir investimento para que os alunos consigam percorrer um itinerário formativo qualificado em todos os eixos. Destarte, o índice de desigualdade se modificará quando as oportunidades se igualarem, sendo fruto então de um ensino democrático como é dito em teoria.

É comum que quando há uma reflexão quanto ao ensino de inglês em escolas públicas, pensa-se nos motivos para o mesmo não ser 100% eficaz. A partir de então, começamos a pensar em bodes expiatórios para culpabilizar o insucesso do ensino.

Costuma-se pensar que o ensino de língua inglesa de rede pública no Brasil não decola por falta de investimento dos governantes. Isso se inicia por meio de um discurso excludente como o: “o brasileiro não sabe nem falar a própria língua, pra quê aprender uma estrangeira?”. Com base nesse discurso, o acesso democrático à língua inglesa torna-se prejudicado, e sua prioridade passa a ser anulada. A partir disso, surgem os problemas de responsabilidade do governo, resultado de baixos investimentos no ensino do idioma. Como, por exemplo, a carga horária, disponibilização de materiais que contribuem para o ensino, descontinuidade do currículo dentre outros impasses que são de responsabilidade dos governantes.

O segundo bode expiatório é o professor. O Brasil tem uma porcentagem de apenas 15% de professores de inglês da rede pública proficientes em língua inglesa. E o resultado disso? Professores de inglês tendo que ensinar um inglês que nem eles mesmos conhecem bem. Outro problema apontado é a didática do professor que está sendo falha, isto é, não desperta o interesse dos alunos em aprender o idioma.

Por fim, o bode expiatório é o aluno. Considera-se que o aprendiz não esteja ciente dos benefícios de aprender uma língua inglesa em um mundo globalizado. Basicamente o aluno está preso no discurso que a escola é uma prisão para o mesmo, com isso priva-se de absorver diversos conhecimentos.

Em suma, o governo esconde-se atrás de tal discurso de exclusão e elitismo para disfarçar suas responsabilidades, enquanto o professor está submetido às condições que o governo oferece.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos argumentos apresentados, é possível perceber como o ensino da língua inglesa nas escolas de rede pública está imerso em uma arena de conflito de interesses e desafios.

Observam-se as dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem do idioma, visto que o cenário globalizado passa por diversas mudanças, refletindo também nos métodos de ensino da língua.

Além disso, analisou-se a relevância do desenvolvimento do ensino da língua, de modo que o ensino possa se tornar democrático e de qualidade, visto que enfrentamos um país socialmente e economicamente desigual, gerando limitadas oportunidades para a população que visa uma ascensão tanto social, intelectual e/ou profissional.

O ensino-aprendizado de língua inglesa tem se tornado cada vez mais hegemônico no Brasil, haja vista a recente atualização da BNCC, discutida no segundo capítulo. Com isso a capacitação de profissionais para atuarem na área torna-se mais evidente. Conseqüentemente, é necessário o fortalecimento e a adaptação do ensino da língua inglesa para que os rótulos de idioma elitista e hegemônico sejam minimizados e, portanto, o ensino de qualidade da referida língua estrangeira seja de acesso a todos.

Para que isso seja possível, é necessária uma política linguística que garanta e fortaleça os investimentos no processo de ensino, garantindo às escolas públicas boa infraestrutura para a capacitação dos alunos, além de contar com um investimento efetivo na formação dos professores, de modo que as possibilidades da realização de um intercâmbio, por exemplo, seja menos burocratizado para os docentes melhorarem sua capacitação e conseqüentemente gerarem um bom resultado quanto ao aprendizado dos alunos.

Outro exemplo de investimento que deve ser lembrado é a formação continuada dos professores, que garante o aperfeiçoamento dos docentes, de modo que o mesmo promova didáticas efetivas. Ademais, a formação continuada contribui na dimensão científica e acadêmica do professor, o que deixa o mesmo mais motivado em lecionar o idioma.

Os discentes, por sua vez, precisam ser mais motivados por seus professores para que possam desenvolver um pensamento e leitura críticos, conforme a seguinte perspectiva:

Assim, o trabalho pedagógico, sob a ótica do letramento crítico, configura-se como uma abordagem pedagógica que visa uma leitura crítica de mundo – através do contínuo questionamento dos pressupostos e implicações das construções de sentido realizadas no encontro entre textos e leitores. Mais do que a leitura de palavras (leitura tradicional) ou leitura para extrair os significados que estão por traz dos textos (leitura crítica), o LC propõe a leitura da ‘palavra mundo’ (*idem*). [...]. O LC refere-se às formas de olhar o texto, seja escrito, visual, oral ou hipertexto para questionar e desafiar as atitudes, os valores e as crenças de que se lançam mão no processo interpretativo de construção de sentidos.
(EDMUNDO, Eliana, 2013, p.77)

Tendo em vista as considerações apresentadas neste trabalho quanto ao ensino-aprendizagem de língua inglesa no contexto da escola pública, defendo uma educação linguística que esteja para além dos aspectos gramaticais e de estruturas do uso da língua. Em outras palavras, a sala de aula de L.E deve ser um espaço de construção de conhecimento sobre língua e linguagem, um espaço de desestabilização de crenças cristalizadas, bem como de ampliação de visões de mundo tanto dos docentes quanto dos discentes. Devemos, portanto, todos lutar pela formulação e implementação de uma política de educação linguística em nosso país que garanta um ensino de língua estrangeira de qualidade nas escolas públicas, seja no nível municipal, estadual e federal.

5. REFERÊNCIAS

JARRETA, Gabriel. **POR QUE O ENSINO DO INGLÊS NÃO DECOLA NO BRASIL**. 223. São Paulo: Editora Segmento, 4 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.revistaeducacao.com.br/por-que-o-ensino-do-ingles-nao-decola-no-brasil/>>. Acesso em: 3 out. de 2018.

MARZARI, Gabriela, BADKE, Mariluz. **ENSINO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTA MARIA/RS**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013. Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21827/21827.PDF>>. Acesso em: 3 out de 2018.

DAVID, Ricardo. **O ENSINO APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA EM ESCOLAS PÚBLICAS: O REAL E O IDEAL**. Só Pedagogia, 25 de novembro de 2015. Disponível em: < http://pedagogia.com.br/artigos/o_ensino_aprendizagem/>. Acesso em: 3 out.de 2018.

FINARDI, Kyria, PORCINO, Maria. **TECNOLOGIA E METODOLOGIA NO ENSINO DE INGLÊS: IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO E DA INTERNACIONALIZAÇÃO**. Florianópolis: UFSC, 7 de março de 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-80262014000100239>. Acesso em: 3 out. de 2018.

SOUZA, Luana. **IBGE: 63 MILHÕES DE BRASILEIROS NÃO USAM A INTERNET. MUITOS SEQUER TEM INTERESSE**. Rio de Janeiro: Globo S/A, 21 de julho de 2018. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/economia/ibge-63-milhoes-de-brasileiros-nao-usam-internet-muitos-sequer-tem-interesse-22421007.html>>. Acesso em: 17 dez. de 2018.

SIQUEIRA, Domingos, ANJOS, Flávio. **ENSINO DE INGLÊS COMO LÍNGUA FRANCA NA ESCOLA PÚBLICA: POR UMA CRENÇA NO SEU (BOM) FUNCIONAMENTO**. Bahia: UFBA, 2012. Disponível em: < www.revistas2.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/download/3607/2561>. Acesso em: 3 out. de 2018.

INGLÊS em escolas públicas não funciona: uma questão, múltiplos olhares. São Paulo: ABDR, 2011. 214 p. v. 1.

O PROFESSOR de línguas estrangeiras: uma questão, múltiplos olhares. 2. ed. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2008. cap. 1, p. 23-133. Disponível

em:<http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/Professor_de_linguas_2ed.pdf#page=308.
Acesso em: 12 nov. 2019.

ROJO, Roxane. **O LETRAMENTO ESCOLAR E OS TEXTOS DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA – A APROPRIAÇÃO DOS GÊNEROS DE DISCURSO NA ESCOLA.** Linguagem em (Dis)curso – LemD, v. 8, n. 3, p. 581-612, set./dez. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ld/v8n3/09.pdf> >. Acesso em: 26 nov. de 2019.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **TENDÊNCIAS ATUAIS DA PESQUISA NA ÁREA DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE ÚNGUAS NO BRASIL.** Santa Maria, 19 de agosto de 2017. Disponível em: <https://docgo.net/view-doc.html?utm_source=moita-lobes>. Acesso em: 26 nov. de 2019.

BALSEMÃO OSS, Débora. **EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE INGLÊS.** Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v13n3/aop1913.pdf>>. Acesso em: 26 nov. de 2019.

ROJO, Roxane; MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS.** São Paulo, 2017. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/02Linguagens.pdf>>. Acesso em: 26 nov. de 2019.

EDMUNDO, Eliana Santiago Gonçalves. **LETRAMENTO CRÍTICO NO ENSINO DE INGLÊS NA ESCOLA PÚBLICA. Planos e práticas nas tramas da pesquisa.** Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2013. Coleção: Educação & Linguagem- vol. 2.